

A GESTÃO ESCOLAR E AS RELAÇÕES GÊNERO NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

Pedro Paulo Souza Rios; Thaynara Oliveira da Silva; André Ricardo Lucas Vieira.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: peudesouza@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo, através de diálogos com profissionais da área educacional em instituições públicas, ajuda-nos a compreender a dicotomia que existe entre os gêneros masculino e feminino, quando os mesmos assumem cargos de direção escolar. É interessante perceber como a opinião das pessoas em relação aos papéis socioculturais do gênero masculino e feminino ainda estão delimitados e coadunam com um modelo patriarcal de atuação. Sendo assim, os postos de chefia continuam a ser vistos como um lugar masculino por autoridade, dando-nos uma ideia de que estes são inerentes ao homem. A história da educação no Brasil parece coincidir com a história da discriminação de gênero. A sociedade brasileira no seu processo de formação foi profundamente marcada pelo modelo patriarcal e autoritário, além disso, teve a influência da Igreja Católica e essas influências refletem diretamente na constituição dos modelos educacionais no país, dos quais as mulheres foram excluídas. A mulher, em detrimento disso, é vista pela maioria como um ser frágil e com pouca ou nenhuma habilidade em conduzir situações que exijam racionalidade, autoridade, persuasão e mediação dialógica, como é o caso dos cargos de direção escolar. De algum modo, a ideia de que a mulher assuma postos de chefia, nesse caso, de diretora escolar, ainda é algo que precisa ser bastante discutido socialmente, de modo que as comparações sobre a gestão de cada um não tenham como parâmetro básico o gênero, mas sim o modo como eles atuam e como conduzem e desenvolvem os trabalhos, considerando o ser humano, sujeito ímpar, com potencialidades e limitações que lhes são específicas, não por serem homens ou mulheres, mas por suas subjetividades e contextualidades.

Palavras-chave: Gênero; Gestão; Papéis Sociais.

INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL DO GÊNERO

A diferença entre os seres humanos no que diz respeito às relações de gênero é parte da história da humanidade. Os estudos centrados nestas relações surgem em si mesmos, devido à notável querela sociocultural na definição de papéis e comportamentos do homem e da mulher em sua atuação social. Sabe-se, que no processo histórico, as representações sociais construídas em torno do homem impuseram que a figura patriarcal é que detêm a autoridade e a soberania, cabendo a este, definir e decidir, de modo quase que inquestionável, sobre os mais variados assuntos e situações, em detrimento da mulher a que sempre foi dado o papel passivo, receptivo, e que por isso, não impunha respeito nem autoridade. Suas tentativas de se impor, quando alguma tentava, eram sempre questionadas e, na maioria das vezes, dissuadidas.

Nesse processo a mulher não se auto representa, para isso era necessário a figura do macho, sendo representado no patriarcado pela figura do pai, por meio do direito paterno (PATEMAN, 1995) e ampliado no capitalismo, para a figura masculina, onde se inclui a dominação do pai, dos

irmãos, dos maridos, dos chefes e do Estado sempre representado pela virilidade masculina. Prevalece assim a teoria de Weber (1977) que defende a hierarquização da sociedade, legitimando o sistema patriarcal por meio de uma “autoridade que sempre existiu”.

Essas dicotomias de papéis, perpetuadas e repetidas ao longo da história da humanidade trouxe uma naturalização da ideia de que há atribuições exclusivamente masculinas e atribuições exclusivamente femininas, e nesse ponto, exceto no lar e no que dizia respeito às questões domésticas, à mulher não era dada a chance de comandar nenhum outro ambiente social. Assim, o ser mulher era, e ainda continua sendo em muitos contextos, sinônimo de docilidade e submissão, tendo por espaço de atuação a esfera privada, onde se concentram as atividades domésticas e de reprodução, tais como o cuidado com o lar, o marido, os filhos, atividades exercidas não por méritos próprios, antes por generosidade dos homens, fazendo assim com ela coparticipe, de maneira invisibilizada, das atividades.

A INVISIBILIDADE DO GÊNERO FEMININO

De acordo com Beauvoir (1949), ninguém nasce mulher: torna-se mulher, isto porque a biologia não define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade. Afirma ainda que é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificamos de feminino.

Ao homem, desde a infância, convencem-no de sua superioridade, negam-lhe e/ou inibem demonstrações de afeto, pois socialmente creem que precisam encorajá-lo no caminho difícil que é ser homem na/para sociedade, insuflando-lhe para tal, o orgulho da virilidade. Isso é feito, na maioria das vezes, reverenciando o seu órgão genital, incentivando-lhe a exibi-lo e/ou tocá-lo. À mulher, ao contrário, buscam torná-la frágil e dependente, proibindo-lhe estar ou brincar com meninos, trazendo-as presas à mãe, que lhe tem o olhar sempre atento, e o órgão genital desta, ao contrário do que incentivam aos meninos, não pode ser tocado, tampouco exibido, castrando-a, e esse constrangimento ao corpo transforma aos seus olhos a diferença em inferioridade, conforme aponta Scott (1992).

Segundo Pinsky e Pedro (2012), apenas recentemente na história do Brasil, por volta do século XX, as mulheres começam a galgar novos patamares sociais, que passará por altos e baixos e constantes lutas por melhoria, como ainda hoje passa. Antes, criadas para casar e desejosas da maternidade, em sua maioria, as mulheres poucos direitos tinham. No século XX no Brasil, algumas

mudanças sociais e institucionais começam a ocorrer, uma delas foi o desquite, instituído no Código Civil de 1942, que em seu artigo 315 dava à mulher, o direito de, desfazendo-se de sua escolha equivocada ou da falência do seu casamento, separar-se do seu cônjuge, porém, como de algum modo já se previa, a legitimação do ato não era suficiente para que esta voltasse a ser bem aceita socialmente.

Em termos sociais a mulher perdia seu nome e a esta as pessoas se referiam quase sempre como “a desquitada”, poucas amigas e amigos permaneciam ao seu lado, uma vez que ela passava a não ser uma boa influência e nem referência dos padrões sociais ainda perpetuados pela sociedade; essa mulher carregaria para sempre o estigma de fracassada, pois havia “falhado” como mulher na atribuição da construção e manutenção da família.

No que diz respeito ao trabalho, apenas em 1943 foi dada à mulher o direito de trabalhar fora de casa sem uma autorização expressa do marido, pois a dependência e a subordinação das mulheres ao cônjuge estava prevista por lei desde o Código Civil de 1916, que as qualificavam como “incapazes”.

Na década de 1960, com o surgimento do Movimento Feminista em várias partes do mundo, ocorrem alguns avanços e ela passa a ser, pelo Código Civil, “capazes”, uma vez que este passa a descrevê-la como alguém que pudesse colaborar nos encargos da família. Foi também nessa época que os métodos contraceptivos mais eficientes passaram a ser uma possibilidade para as mulheres.

Outra conquista, ainda que incipiente, diz respeito ao contexto educacional, considerando que a Lei das Diretrizes e Bases – LDB, garantiu-lhes os cursos do grau médio, permitindo-lhes ainda galgar vagas no ensino superior, contudo, estamos falando aqui em direitos constitucionais, pois a apropriação destes direitos passaria ainda por muitos desafios sociais e machistas que ainda viam como desnecessário e até inadequado que mulheres soubessem ler e escrever, uma vez que a escola era tida como uma ameaça a ideia de subordinação feminina e à sua dedicação exclusiva ao lar, marido e filhos.

Entretanto, essas pequenas conquistas foram suficientes para que o Movimento Feminista tomasse fôlego e desejasse mais espaço social para a mulher no sentido de que esta tivesse autonomia para se colocar diante da sociedade onde e como desejava se colocar, e nem mesmo a ditadura inibiu por completo o movimento e luta das mulheres que, nesse ponto, já chegavam a desafiar os valores das famílias tradicionais brasileiras, e com isso conseguiram aumentar sua participação no mercado de trabalho, reconhecimento e crescimento na profissão exercida, qualificação educacional e profissional, opção de não ser mãe ou quando ser mãe. O divórcio passa

a ser uma situação legítima e ainda, começam a serem socialmente aceitas as relações afetivas fora dos parâmetros tradicionais.

O GÊNERO QUE HABITA A EDUCAÇÃO

Pensar a história da mulher e suas constantes buscas pela ascensão social é que tentamos compreender como tem sido ao olhar de quem observa a atuação de homens e mulheres na direção em escolas públicas, compreendendo a dicotomia que há na forma que cada um lidera neste ambiente. Nesse sentido Louro (2007) sinaliza que a escola é um espaço permanente de construção e legitimação das relações de gênero por meio da negação ou da legitimação Da supremacia de um gênero em detrimento do outro.

A história da educação no Brasil parece coincidir com a história da discriminação de gênero. A sociedade brasileira no seu processo de formação foi profundamente marcada pelo modelo patriarcal e autoritário, além disso, teve a influência da Igreja Católica e essas influências refletem diretamente na constituição dos modelos educacionais no país, dos quais as mulheres foram excluídas. Segundo Ribeiro (2000), na tradição cultural ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, a mulher era considerada um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação era tutelada pela Igreja Católica reforçando o espírito medieval.

Por meio de constantes diálogos com profissionais da educação foi possível perceber que no interior da escola ainda perpassa a ideia de que o homem possui uma superioridade em relação à mulher, no que diz respeito a sua atuação como diretoras e diretores escolares. Ideia esta, que está pautada nas construções socioculturais que, perpetuando um modelo patriarcal, torna a mulher um indivíduo inferior ao homem em assuntos/situações que exijam liderança e autoridade. De acordo com Louro (2007) a escola enquanto instituição educativa tem uma prática machista, já que essa é concebida a partir de ideologias masculinas e masculinizadoras.

Sabe-se que homens e mulheres, fazem parte do mesmo mundo, em esfera que comungam entre si. O que se tem, e que desconsidera essa comunhão, são construções culturais sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Bourdieu (2007) apresenta essa di-visão do mundo, pautada nas diferenças biológicas, que se referem à divisão sexual do trabalho, da reprodução e da procriação, uma das mais fundadas ilusões coletivas. Para ele, especificar os limites para a mulher e para o homem não torna a mulher ou o homem uma atuação proficiente na sociedade, ao contrário,

inibe um crescimento e desenvolvimento humano e social se considerassem a comunhão de papéis, bem como a autonomia de cada em definir suas próprias potencialidades e limites.

Dessa maneira, é possível crer que as diferenças de gênero se realizem na perspectiva do essencialismo que dá ao feminino uma essência que lhe é inerente e singular; e do culturalismo que atribui essas diferenças ao modo como a sociedade se organiza, dentro de suas crenças e tradições que legitimam a ordem e as leis patriarcais em detrimento da atuação da mulher nessa sociedade, assim, temos o homem que define seu papel social e também define o papel social da mulher.

Culturalmente as representações sociais em torno da mulher é de um ser frágil e dependente, sem condições de assumir situações ou funções que exijam força e autoridade. Por isso, a maior parte dos cargos de chefia assumidos em empresas e instituições ainda estão nas mãos dos homens, e essa parece uma realidade ainda um pouco distante para que se equilibre, não apenas em número, mas na aceitação em si de que o gênero feminino possui habilidades suficientes para lidar com os desafios e as adversidades que a liderança exige.

É sabido que o magistério tem uma representação social pautada no feminino, devido ao grande número de mulheres que exercem a profissão. Tal atribuição vai ocorrer por vários fatores, alguns deles são trazidos por Campos (2002) quando ressalta que o primeiro deles foi a busca da mulher por um nicho de trabalho; depois, no final do século XIX, por conta do desprestígio do magistério, principalmente sua baixa remuneração e qualificação fez com que poucos homens se interessassem pela docência, em detrimento das mulheres que na busca por um espaço para o trabalho iam se identificando com a profissão; há ainda a teoria psicanalítica que diz que a docência mexe com os instintos da mulher, uma vez que para ser professora se exige dedicação e cuidados maternos com os pequenos, e como já foi abordado, pelo essencialismo, estes atributos já são inerentes à mulher.

Nesse contexto era comum que as mulheres tivessem predisposição para assumir a sala de aula e cuidar da educação das crianças, todavia, quando surgem os cargos de direção e administração escolar, a ideia de que uma mulher possa administrar passa por alguns percalços e entra em questão novamente a ideia de que o comando é do homem, uma vez que só ele tem pulso para dar conta dos desafios que uma liderança traz em si.

Contudo, ainda segundo Louro (2007, p.89) “é possível argumentar que ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino”. Corroborando com Louro, Ferraz (2008) diz:

A oposição público (masculino) e privado (feminino) não dá conta da complexidade e das imbricações entre esses espaços como palcos de exercícios de práticas pedagógicas e de poder, tanto de mulheres, quanto de homens. Nesse sentido, as configurações teóricas construídas a partir dessas oposições muito rígidas impedem de se perceberem outras nuances (p. 14).

Para entendermos como se dá as relações de gênero no âmbito da educação, sendo a escola, inicialmente um espaço marcado pela presença masculina, precisamos entender que a escola é atravessada pelos gêneros. Não podemos pensar sobre a educação sem que antes nos debruçemos em reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino.

Como consequência da abertura do magistério às mulheres, desqualifica-se e desvaloriza-se a mulher através do discurso da falsa igualdade dos gêneros, limitando suas qualidades profissionais, invocando um papel feminino, um suposto “dom” de um comportamento emocional e moral. Esse dom era considerado inadequado para outras funções do âmbito público. A mulher, assim, fica restrita à esfera privada, pelo simples fato de ter nascido mulher e poder gerar a vida (ARCE, 2001 p.34).

A mulher como educadora dos filhos no Brasil, não se deu de forma imediata. Isso porque no período da colonização quando os portugueses vieram para o Brasil já trouxeram um modelo de sociedade instituído em valores patriarcais, que é um modelo típico da cultura ocidental judaico-cristã. Segundo Freitas (2000) “ele foi se aperfeiçoando durante anos pelo sistema capitalista em ascensão. A sociedade patriarcal determinava que as mulheres fossem subjugadas pelos homens: pelo pai, pelo marido e pelas regras elaboradas por estes”.

Daí então foi associada à ideia de magistério como extensão da atividade do lar, ou seja, o cuidado, que era e é, algo direcionada apenas à figura feminina. Passou-se então a dizer que o magistério é um “dom” tipicamente feminino, dessa forma estando ela no exercício do magistério estaria correspondendo a essa vocação para a docência e cada vez mais era reforçada a teoria paternalista, o que segundo Melo e Leite (2000, p. 38-39): “o paternalismo fazia com que a mulher restringisse sua atuação à esfera privada de sua casa, e sua ação pública se limitava a participar das atividades da igreja”. Sabe-se ainda que para a mulher exercer o magistério não era preciso muitos esforços, os conhecimentos básicos já eram o suficiente.

A mulher não precisava ter boa formação, bastava-lhe aprender as primeiras letras e os cálculos aritméticos básicos para assegurar as tarefas do lar. Numa visão muito peculiar a mulher era apresentada como tentação permanente que deveria ser

“domada” para tornar-se uma boa mãe e para que não desviasse o homem do caminho correto (FREITAS, 2000).

Sabe-se que com o fenômeno da divisão sexual do trabalho a sociedade moderna é norteadada pelos princípios do público e do privado. Sendo que um é tido, respectivamente, como o lugar atribuído ao homem e à mulher. O público é o campo de produção e da economia, portanto seriam lugares da ação masculina; às mulheres era destinado o espaço privado, onde são realizadas as práticas ligadas ao cuidado e a reprodução. Podemos perceber que na escola, a docência nas séries iniciais uma extensão da atividade que a mulher já desenvolvida em casa, ou seja, é algo que lhe é “natural”.

É necessariamente nesse espaço de conflitos que ela busca respostas a partir da teoria e da prática docente e discente. Por isso, acreditamos que seja necessário abordar a importância e a relevância dessa temática no processo de construção e constituição das identidades individuais e coletivas do ser humano em processo continuado da formação de sua identidade, enquanto homem e mulher. De acordo com Louro (2007):

Diferenças, distinções, desigualdades [...] a escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (p. 57).

As discussões em torno das relações de gênero vêm ao longo do tempo ganhando visibilidade, conquistando espaço e provocando novas práticas e discursos, principalmente a partir de teorias das ciências sociais, antropológicas e políticas, que tem fornecido uma ampla e complexa produção acadêmica, mas é no final da década de 1970 do século XX, que se enfatizou a impossibilidade de se ignorar o debate e a pesquisa em torno dessa temática, ao tempo em que se quer analisar e compreender questões ligadas aos processos formativos, como é o caso da educação.

GESTÃO ESCOLAR: A QUEM COMPETE ESSE ESSA FUNÇÃO?

Compreendemos que liderança é um conjunto de atividades realizadas por um determinado grupo de pessoas que, visando o bem comum, gera resultados que favoreçam a todos. Para tanto, o líder desse grupo precisa ter discernimento para não agir de acordo com suas convicções em detrimento do que o grupo pensa e/ou propõe.

No que diz respeito à escola, Lück (2011), nos diz que:

Uma forma de conceituar gestão e vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia das pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos da unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

Por Lück (2011), observamos que o poder de articulação da direção de uma escola precisa ter como base a organização, a autoridade e o poder de persuasão, qualidades que, exceto a organização que socialmente parecer ser mais feminina, são culturalmente construídas como características masculinas. Talvez por essas questões podemos hoje, analisando o quadro de professores/professoras das escolas, perceber que, apesar de termos uma maioria feminina em sala de aula, quando passamos para os cargos de gerenciamento e direção, o que encontramos em maior número são homens na liderança, principalmente à medida que o nível de escolaridade vai aumentando, assim, na Educação Infantil e no Fundamental I, ainda temos um número maior de mulheres, no entanto, à medida que vamos para os anos finais, Fundamental II, Segundo Grau, Superior etc. é perceptível o aumento de homens liderando.

Nesse sentido, buscando compreender como ocorre esse processo em algumas escolas públicas, foi possível identificar que essa “escolha” está ainda pautada nas construções socioculturais que determinou ao homem comandar sempre, em casa, no trabalho, na família que de um modo geral é a ele que recorre para resolver problemas graves e/ou difíceis.

Alguns profissionais da área de educação pública foram questionados sobre como é, em seu ponto de vista, a liderança masculina ou feminina na direção escolar. Desses, 70% diz que quando o homem lidera os resultados são melhores, isto porque, ele consegue impor mais respeito junto aos funcionários que acabam por obedecê-lo como mais facilidade. Ainda foi ressaltado que a condescendência da mulher atrapalha nas decisões tomadas no coletivo, uma vez que ela acaba cedendo a pedidos particulares com mais facilidade que os homens.

Outro fator de relevância foi o fato das mulheres serem mais instáveis em suas decisões e também de não conseguir se posicionar diante das pessoas que as desafiam, segundo relataram, a maioria destas, por serem sensíveis, se magoa com mais facilidade e não tem o devido poder de resolutividade que a maioria das situações exige.

É importante ressaltar ainda que desse contingente de 70%, que supervalorizam o desempenho dos homens na gestão escolar, 50% correspondem ao sexo feminino, o que deixa subentendido que as mulheres trazem em si ainda, a representação da mulher como um ser frágil

com pouca predisposição para fazer uso da autoridade e perspicácia que a gestão escolar exige. Isso reforça o que Silva (1995) aponta em relação a matriz curricular ao dizer que esse é machista e portanto tende a constituir homens e mulheres que percebem sua realidade meramente pela ótica masculina.

Os demais, 30% disseram não haver diferença na possibilidade de desenvolvimento das habilidades para a gestão escolar, uma vez que, mesmo sendo cada ser humano singular e tendo cada gênero suas especificidades, a potencialidade e a habilidade de cada um são desenvolvidas à medida que somos, como seres humanos, desafiados a desenvolvê-las. Ainda afirmaram que a mulher costuma valorizar mais as iniciativas do grupo, bem como são mais dedicadas à escola, chegando ao ponto de, muitas vezes, abrirem mão de planos e projetos pessoais para poderem realizar os projetos da escola, o que não é tão comum ao homem.

Por esse ângulo, ainda que seja possível perceber toda uma sensibilidade feminina na liderança de uma instituição escolar, esta não invalida a possibilidade de que possa exercer com sucesso e destreza a direção de uma escola.

Questionados ainda se preferem um diretor ou uma diretora, 60% disse preferir o homem, porque sua postura mais racional e que por isso, é mais fácil de lidar e de conversar com este. As mulheres, segundo os entrevistados, talvez por medo de “perder” a autoridade ou o controle, ou mesmo ser ludibriada pelo funcionário, acaba se tornando muito mais defensiva, o que faz com que estas deixem mais a desejar na administração escolar que os homens que se mostram ser mais seguros e sustentar as decisões tomadas, o que nos remete ao velho ditado que diz que quando um homem dá a palavra, não pode voltar atrás. Estas ideias e colocações só ratificam a hegemonia do homem que foi culturalmente construída em detrimento da passividade e “incapacidade” feminina por tantos séculos perpetuada.

Os demais, 40% disseram não haver tanta diferença de um para o outro, pois cada um, em sua particularidade sabe conduzir e desenvolver as atividades educacionais, desse modo, independente do gênero, a escola não perde por estar sob o comando de uma mulher ou de um homem.

Durante a aplicação dos questionários foi interessante perceber o fato de não haver uma preferência exclusiva pela mulher. Os que não optaram pelo homem, disseram não haver diferenças que pudessem prejudicar no andamento escolar por ser o gênero feminino ou masculino a estar no comando, não tomando posicionamento nem por um nem por outro gênero.



De algum modo, a ideia de que a mulher assuma postos de chefia, nesse caso, de diretora escolar, ainda é algo que precisa ser bastante discutido socialmente, de modo que as comparações sobre a gestão de cada um não tenham como parâmetro básico o gênero, mas sim o modo como eles atuam e como conduzem e desenvolvem os trabalhos, considerando o ser humano, sujeito ímpar, com potencialidades e limitações que lhes são específicas, não por serem homens ou mulheres, mas por suas subjetividades e contextualidades.

CONSIDERAÇÕES: DESAFIOS Á ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Ao longo da história a trajetória das mulheres tem sido marcada por processos descontínuos, fragmentados, resultante de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, vivenciados pela da sociedade. De acordo com Monteiro (2007), com o nascimento do positivismo a sociedade começou a questionar a ordem natural das coisas ao tempo em que questiona sobre o porquê das mesmas. Durante milênios, tanto no Ocidente como no Oriente, as mulheres têm sido consideradas cidadãs de segunda classe, ou apenas as outras, elas não são para si mesmas, são para os outros: pai, marido, filhos.

Contudo, é notório que nas últimas décadas a mulher tem conseguido construir a sua própria história. Saindo de sua invisibilidade, tenta alcançar patamares cada vez maiores rumo à atuação social, principalmente no que concerne à profissionalização. Buscar esse nicho, mais que uma necessidade, é um direito feminino para que se cumpra o conceito de igualdade entre os cidadãos. Consideremos que hoje, muitas famílias são sustentadas pelas mulheres, e por isso já não cabe mais a reprodução de preconceitos e estereótipos que as colocam em situação inferior à do homem, principalmente quando estamos nos reportando ao espaço educacional, em que a predominância da mulher na docência é bem maior que a do homem. Lá mesmo onde se discute ou devia estar discutindo as relações de gênero não pode submeter a mulher às crenças que se enraizaram e que, em detrimento da mulher, creem que o homem tem um potencial maior para liderar, naturalizando para o homem a posição de chefia.

Como ressalta Bourdieu (2007), a dominação masculina é exercida naturalmente, sem necessidade de justificação, pois eles são socialmente representados como mais competentes, corretos, racionais. Enquanto assim se pensar, principalmente enquanto assim pensar as mulheres, a superioridade masculina continuará sendo algo natural e a crença nisto nos conduzirá a uma

perpetuação da dominação masculina, não apenas nos cargos de direção escolar, mas em todas as esferas em que se fizer necessário a atuação de um líder.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. **A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical.** Caxambu: ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Portugal: Bertrand Editora, 1949.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (orgs.) **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente.** Bragança Paulista: Edusf, 2002.

FERRAZ, Raimundo Cassiano. **Gênero, masculinidade e docência: visões dos alunos de pedagogia.** UFPB, João Pessoa – PB, 2008.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Gênero/Teologia Feminista: Interpelações e Perspectivas para a Teologia In. Gênero e Teologia: Interpelações e Perspectivas:** Loyola, São Paulo, 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis – RJ: Vozes. 2007.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 10 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELLO, J.C. LEITE, E. Discursos velados: memória e cotidianidade feminina. In: LEMOS. M. T.T.B.; MORAES, N.A. de. (org.) **Memória, Identidade e Representações.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 38-42.

MONTERO, Rosa. **História das Mulheres.** Rio de Janeiro: Ed Agir, 2007.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org). **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **O camponês como sujeito/ objeto da História: elementos para uma teoria.** III ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. Anais... Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In. BURKER, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, T. T. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, T. T e MOREIRA, A. F. B. (Orgs.) **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.